

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	632.529.095
Preferenciais	0
Total	632.529.095
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.207.972	2.089.322	2.112.145
1.01	Ativo Circulante	220.367	199.430	170.422
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.653	39.189	16.202
1.01.03	Contas a Receber	171.109	155.340	147.740
1.01.03.01	Clientes	16.998	16.989	14.897
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	154.111	138.351	132.843
1.01.03.02.02	Ativo Contratual	154.111	138.351	132.843
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.925	2.727	3.359
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.925	2.727	3.359
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.680	935	1.338
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	1.239	1.783
1.01.08.03	Outros	0	1.239	1.783
1.02	Ativo Não Circulante	1.987.605	1.889.892	1.941.723
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.986.622	1.883.737	1.935.591
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.865.516	1.765.628	1.825.502
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	75.876	90.417	90.418
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	75.876	90.417	90.418
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	45.230	27.692	19.671
1.02.01.10.04	Títulos de Renda Fixa	204	205	140
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	592	485	1.550
1.02.01.10.06	Caixa Restrito	41.299	23.695	14.454
1.02.01.10.07	Adiantamento a Fornecedores	3.135	3.307	3.527
1.02.03	Imobilizado	983	6.155	6.132
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	983	6.155	6.132

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.207.972	2.089.322	2.112.145
2.01	Passivo Circulante	104.134	106.544	119.076
2.01.02	Fornecedores	18.578	31.618	32.495
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.578	31.618	32.495
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	18.578	31.618	32.495
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.945	9.627	8.446
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.945	9.627	8.446
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.945	9.627	8.446
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	77.865	64.876	77.778
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	77.865	64.876	77.778
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	77.865	64.876	77.778
2.01.06	Provisões	3.746	423	357
2.01.06.02	Outras Provisões	3.746	423	357
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	3.746	423	357
2.02	Passivo Não Circulante	1.211.394	1.144.795	1.154.458
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	769.766	756.283	759.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	769.766	756.283	759.641
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	769.766	756.283	759.641
2.02.03	Tributos Diferidos	404.641	361.686	370.669
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	404.641	361.686	370.669
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	217.830	185.572	189.522
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	186.811	176.114	181.147
2.02.04	Provisões	36.987	26.826	24.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	568	715
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	4	206
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	564	509
2.02.04.02	Outras Provisões	36.987	26.258	23.433
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	36.987	26.258	23.433

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03	Patrimônio Líquido	892.444	837.983	838.611
2.03.01	Capital Social Realizado	632.529	632.529	632.529
2.03.02	Reservas de Capital	52.751	52.751	52.751
2.03.02.07	Ágio na conversão de dívida	52.751	52.751	52.751
2.03.04	Reservas de Lucros	207.164	152.703	153.331
2.03.04.01	Reserva Legal	17.762	15.039	15.039
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	189.402	137.664	138.292

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	239.493	76.743	36.452
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.227	-8.356	-7.528
3.03	Resultado Bruto	186.266	68.387	28.924
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.008	-12.382	9.228
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.008	-12.382	9.228
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-32.008	-12.382	9.228
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	154.258	56.005	38.152
3.06	Resultado Financeiro	-65.631	-59.177	-65.762
3.06.01	Receitas Financeiras	6.172	1.764	6.015
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.172	1.764	6.015
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.803	-60.941	-71.777
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-71.803	-60.941	-71.777
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.627	-3.172	-27.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.166	2.544	17.758
3.08.01	Corrente	-1.908	0	0
3.08.02	Diferido	-32.258	2.544	17.758
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.461	-628	-9.852
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.461	-628	-9.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	86,1	-0,99	-15,58

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	54.461	-628	-9.852
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.461	-628	-9.852

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.174	96.067	73.306
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-84.258	-27.281	-18.505
6.01.01.01	Lucro do Exercício	54.461	-628	-9.852
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	32.258	-3.950	-17.759
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferido	10.697	-5.033	-9.330
6.01.01.04	Ativo de Concessão - Contratual	-145.983	-145.061	-149.858
6.01.01.05	Juros dos Empréstimos	63.076	56.820	62.832
6.01.01.06	Provisões	10.161	2.678	-11.447
6.01.01.08	Outros	1.492	1.309	-595
6.01.01.09	Perda Remuneração do Ativo de Concessão - Contratual	-63.517	67.202	117.504
6.01.01.10	Receita de Infraestrutura	-46.903	-618	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	142.741	135.303	117.672
6.01.02.01	Impostos a Recuperar	802	632	-663
6.01.02.02	Clientes	-9	-2.092	2.950
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-745	403	-1.237
6.01.02.04	Adiantamentos a Fornecedores	172	220	1.532
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-107	1.065	8.547
6.01.02.06	Outros Ativos	1.239	544	1.340
6.01.02.07	Fornecedores	-13.040	-877	14.577
6.01.02.08	Partes Relacionadas	14.541	1	-40.023
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-4.190	2.498	1.024
6.01.02.10	Outros Passivos	3.323	66	-3.598
6.01.02.11	Ativo de concessão- recebimento	140.755	132.843	133.223
6.01.03	Outros	-53.309	-11.955	-25.861
6.01.03.01	Juros Pagos	-51.817	-10.638	-24.730
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.492	-1.317	-1.131
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.603	-9.587	-3.669
6.02.03	Títulos de Renda Fixa	1	-65	-69

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.04	Adições do Imobilizado	0	-281	0
6.02.05	Caixa Restrito	-17.604	-9.241	-3.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.893	-63.493	-73.734
6.03.01	Ingressos de Empréstimos	120.000	0	0
6.03.02	Pagamento de Principal	-101.107	-63.493	-73.734
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.464	22.987	-4.097
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.189	16.202	20.299
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.653	39.189	16.202

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.751	152.703	0	0	837.983
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.751	152.703	0	0	837.983
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	54.461	0	0	54.461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	54.461	0	0	54.461
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.751	207.164	0	0	892.444

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.751	153.331	0	0	838.611
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.751	153.331	0	0	838.611
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-628	0	0	-628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-628	0	-628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-628	628	0	0
5.05.02.06	Absorção prejuízo do exercício	0	0	-628	628	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.751	152.703	0	0	837.983

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.751	163.183	0	0	848.463
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.751	163.183	0	0	848.463
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.852	0	-9.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.852	0	-9.852
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-9.852	9.852	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício	0	0	-9.852	9.852	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.751	153.331	0	0	838.611

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

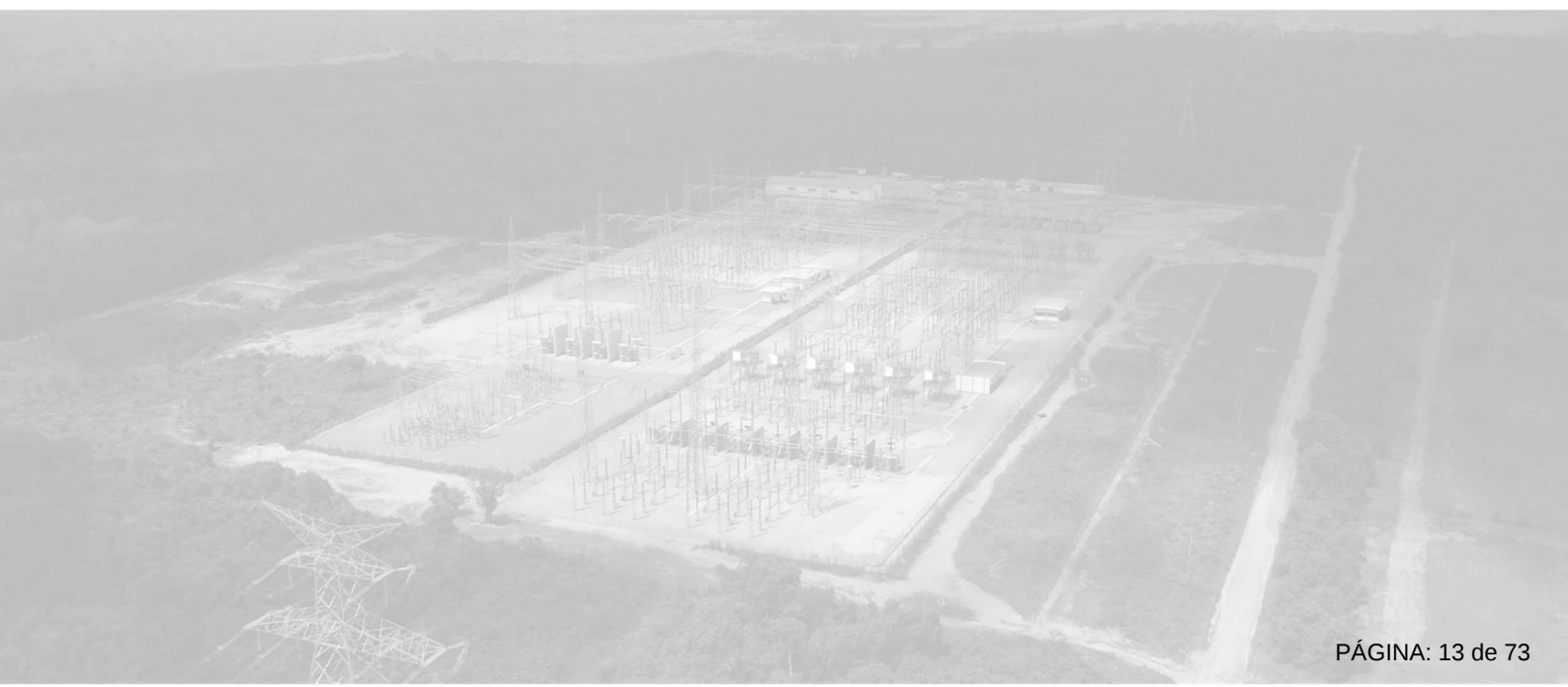
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	269.056	89.236	45.370
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	269.056	89.236	45.370
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71.951	-12.245	9.968
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.097	-4.173	-3.776
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.854	-8.072	13.744
7.03	Valor Adicionado Bruto	197.105	76.991	55.338
7.04	Retenções	-775	-258	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-775	-258	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	196.330	76.733	55.338
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.172	1.764	6.015
7.06.02	Receitas Financeiras	6.172	1.764	6.015
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	202.502	78.497	61.353
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	202.502	78.497	61.353
7.08.01	Pessoal	9.627	6.844	6.970
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.761	4.783	4.121
7.08.01.02	Benefícios	2.348	1.583	2.488
7.08.01.03	F.G.T.S.	518	478	361
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.210	11.212	-7.677
7.08.02.01	Federais	65.445	11.119	-7.700
7.08.02.02	Estaduais	765	93	23
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.204	61.069	71.912
7.08.03.01	Juros	71.803	60.941	71.777
7.08.03.02	Aluguéis	401	128	135
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.461	-628	-9.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.461	-628	-9.852

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Carta do Diretor de Relações com Investidores

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“Xingu” ou “Companhia”), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 um resultado operacional positivo de R\$154.258. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 65.631. Com isso, o lucro do exercício de 2021 foi de R\$ 54.461.

A Companhia apresentou, em 2021, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Mauro de Almeida Santos

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Sumário

Histórico.....	4
Composição Acionária	5
Desempenho Operacional	5
Desempenho Econômico-Financeiro.....	6
EBITDA	8
Auditores Independentes	9
Agradecimentos.....	10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Histórico

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Xingu" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Amapá e no Pará.

A Xingu é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Gemini Energy S.A., que detém 83,34% do seu capital social e os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.

A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xingu em 500kV e subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 74.300, sendo reajustada anualmente pela ANEEL.

Em 05 de outubro de 2021, a ANEEL, de acordo com a resolução homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 132.278 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 632.529, representado por 632.529 milhões de ações ordinárias.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	105.409.095

Desempenho Operacional

A COTESA é a responsável pela operação das instalações de energia elétrica e possui Centro de Operações próprio e equipe treinada e certificada para atuar dentro dos requisitos operativos e para assegurar a disponibilidade dos sistemas operados. A manutenção é feita internamente pela Companhia e realizada por profissionais que possuem vasta experiência na área.

As funções transmissão da LXTE estiveram disponíveis em dezembro de 2021 98,78% do tempo mensal, registrando um acumulado acima de 99,53% nos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela abaixo e comparado com 2020.

CONC.	FUNÇÃO TRANSMISSÃO (POR TIPO E NÍVEL DE TENSÃO)	DISPONIBILIDADE			
		2020	2021	JAN/21 a DEZ/21	DEZEMBRO/2021
LXTE	LT 500 kV	99,99%	99,82%	99,82%	100,00%
	BCS 500kV	99,93%	99,53%	99,53%	99,87%
	RT 500 kV	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ATR 500/230 kV	99,95%	99,59%	99,59%	99,78%
	CE 500 kV	99,89%	99,96%	99,96%	100,00%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



A Linha de Transmissão sofreu desligamentos automáticos em Dezembro de 2021 e nos últimos 12 meses resultando nos indicadores da tabela abaixo comparado com 2020.

CONC.	FUNÇÃO TRANSMISSÃO (POR TIPO E NÍVEL DE TENSÃO)	TAXA DE FALHA			
		2020	2021	JAN/21 a DEZ/21	DEZEMBRO/2021
LXTE	LT 500 kV	2,17	2,07	2,07	0,39
	BCS 500kV	8,17	7,70	7,70	0,67
	RT 500 kV	-	-	-	-
	ATR 500/230 kV	-	-	-	-
	CE 500 kV	-	-	-	-

Desempenho Econômico-Financeiro

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 1.4 das informações financeiras intermediárias, em todos os exercícios apresentados.

Na preparação destas informações financeiras intermediárias, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as variações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO 31 de Dezembro

(em milhares de R\$, exceto percentuais)

	2021	% Total ROL	2020	% Total ROL	% Variação 2021/ 2020
Receita líquida					
Receita líquida	239.493	100,00	76.743	100,00	212,07
Custo de operação e manutenção	(53.227)	(22,22)	(8.356)	(10,89)	536,99
Lucro bruto	186.266	77,78	68.387	89,11	172,37
Despesas gerais e administrativas	(32.008)	(13,36)	(12.382)	(16,13)	158,50
Lucro operacional	154.258	64,41	56.005	72,98	175,44
Despesas financeiras	(71.803)	(29,98)	(60.941)	(79,41)	17,82
Receitas financeiras	6.172	2,58	1.764	2,30	249,89
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(65.631)	(27,40)	(59.177)	(77,11)	10,91
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	88.627	37,01	(3.172)	(4,13)	(2.894,04)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.166)	(14,27)	2.544	3,31	(1.443,00)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	54.461	22,74	(628)	(0,82)	(8.772,13)

Receita líquida

Aumento devido ao ganho de remuneração do Ativo de Contrato no período. Em 2021, o órgão regulador utilizou o percentual IPCA de 8,056% para atualização da receita do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, acima do esperado e aplicado no cálculo da estimativa, gerando assim um ganho de remuneração em 2021.

O percentual IPCA divulgado pelo órgão no período anterior correspondente foi de 1,88%, abaixo da expectativa de atualização identificada no início do contrato, ocasionando assim, a perda de remuneração reconhecida em 2020.

Custo de Operação e Manutenção

Aumento pelo andamento da construção do reforço do 3º banco de transformadores na Subestação de Jurupari/PA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

**Despesas Gerais e Administrativas**

Aumento ocasionado pela provisão do valor provável da contingência Ambiental de R\$ 18.210.

EBITDA

A Composição do EBITDA de 31 de dezembro de 2021, bem como do mesmo período de 2020 é de:

EBITDA	31 de Dezembro		
(em milhares de R\$, exceto percentuais)			
	2021	2020	% Variação 2021/ 2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	54.461	(628)	(8.772,13)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	34.166	(2.544)	(1.443,00)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	65.631	59.177	10,91
EBIT	154.258	56.005	175,44
Depreciação e amortização	775	258	200,39
EBTIDA	155.033	56.263	175,55
Despesas gerais não recorrente	15.418	4.208	266,40
EBTIDA Ajustado	170.451	60.471	181,87
Receita Operacional Líquida – ROL	239.493	76.743	212,07
Margem do EBTIDA %	71,17%	78,80%	(9,68)

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Resultado do Exercício

O resultado do exercício é obtido pela diferença entre todas as receitas e despesas do exercício. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o prejuízo diminuiu em comparação com o ano anterior, alcançando assim, o lucro contábil no exercício de 54.461.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Audidores Independentes

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o período de 2021. A Deloitte desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente.

A política de autuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas



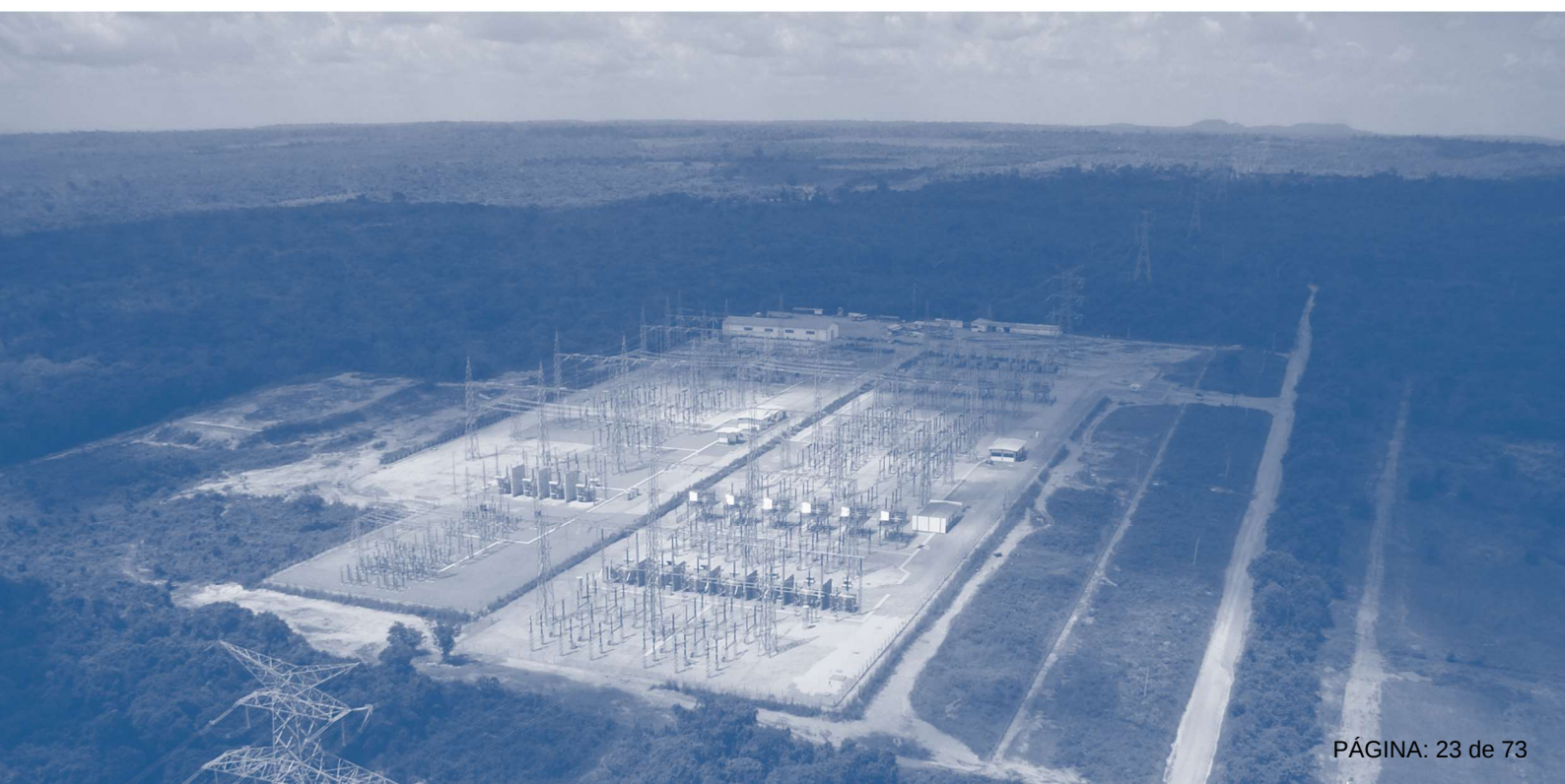
Linhas de Xingu

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e

Relatório do Auditor Independente





Notas Explicativas

Balancos patrimoniais

(Em milhares de reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	45.653	39.189	Fornecedores (Nota 14)	18.578	31.618
Clientes (Nota 7)	16.998	16.989	Empréstimos e debêntures (Nota 15)	77.865	64.876
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.925	2.727	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 16)	3.945	9.627
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	154.111	138.351	Outros passivos	3.746	423
Despesas pagas antecipadamente	1.680	935			
Outros ativos	-	1.239			
Total do ativo circulante	220.367	199.430	Total do passivo circulante	104.134	106.544
Não circulante			Não circulante		
Realizável em longo prazo			Empréstimos e debêntures (Nota 15)	769.766	756.283
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	1.865.516	1.765.628	Provisões (Nota 17)	36.987	26.826
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	3.135	3.307	Pis e Cofins diferidos (Nota 18)	186.811	176.114
Títulos de renda fixa	204	205	IRPJ e CSLL diferidos (Nota 19(b))	217.830	185.572
Caixa restrito (Nota 11)	41.299	23.695			
Depósitos judiciais (Nota 12)	592	485			
Partes relacionadas (Nota 13)	75.876	90.417			
Total do ativo não circulante	1.986.622	1.883.737	Total do passivo não circulante	1.211.394	1.144.795
Imobilizado, líquido	983	6.155	Patrimônio líquido (Nota 20)		
			Capital social	632.529	632.529
			Reserva legal	17.762	15.039
			Reserva de capital	52.751	52.751
			Reserva de dividendos	189.402	137.664
Total do ativo não circulante	1.987.605	1.889.892	Total do patrimônio líquido	892.444	837.983
Total do ativo	2.207.972	2.089.322	Total do passivo e patrimônio líquido	2.207.972	2.089.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31 de dezembro de 2021	30 de dezembro de 2020
Receita líquida (Nota 21)	239.493	76.743
Custo de operação e manutenção (Nota 22)	(53.227)	(8.356)
Lucro/ (Prejuízo) Bruto	186.266	68.387
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(32.008)	(12.382)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	154.258	56.005
Despesas financeiras (Nota 23)	(71.803)	(60.941)
Receitas financeiras (Nota 23)	6.172	1.764
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(65.631)	(59.177)
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	88.627	(3.172)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 19(a))	(34.166)	2.544
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	54.461	(628)
Lucro por lote de mil ações - R\$	86,10	(0,99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de reais)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31 de dezembro de 2021	30 de dezembro de 2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	54.461	(628)
Resultado abrangente total do exercício	54.461	(628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	632.529	15.039	52.751	138.292	-	838.611
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(628)	(628)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(628)	628	-
Em 31 de dezembro de 2020	632.529	15.039	52.751	137.664	-	837.983
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	54.561	54.561
Destinação do lucro do exercício	-	2.723	-	51.738	(54.461)	-
Em 31 de dezembro de 2021	632.529	17.762	52.751	189.402	-	892.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração dos fluxos de caixa para exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	54.461	(628)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	32.258	(3.950)
Pis e Cofins diferidos (Nota 18)	10.697	(5.033)
Ativo de concessão - Contratual - Remuneração (Nota 9)	(145.983)	(145.061)
Receita de Infraestrutura (Nota 9)	(46.903)	(618)
(Ganho) Perda de remuneração do ativo contratual (Nota 9)	(63.517)	67.202
Juros dos empréstimos (Nota 23)	63.076	56.820
Provisões (Nota 17)	10.161	2.678
Outros	1.492	1.309
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Ativo de concessão contratual - Recebimento (Nota 9)	140.755	132.843
Clientes (Nota 7)	(9)	(2.092)
Impostos a recuperar (Nota 8)	802	632
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	172	220
Despesas antecipadas	(745)	403
Depósitos judiciais (Nota 12)	(107)	1.065
Outros ativos	1.239	544
Fornecedores (Nota 14)	(13.040)	(877)
Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	(4.190)	2.498
Outros passivos	3.323	66
Caixa gerado nas operações	43.942	108.021
Juros pagos (Nota 15)	(51.817)	(10.638)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.492)	(1.317)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(9.367)	96.066
Fluxos de caixa das atividades de investimento (*)		
Imobilizado	-	(281)
Caixa restrito (Nota 11)	(17.604)	(9.241)
Títulos de renda fixa	1	(65)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	(17.603)	(9.587)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (*)		
Ingressos de debêntures (Nota 15)	120.000	-
Pagamento de principal (Nota 15)	(101.107)	(63.493)
Partes relacionadas (Nota 13)	14.541	1
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	33.434	(63.492)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	6.464	22.987
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	39.189	16.202
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	45.653	39.189

(*) As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 24 (a).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas		
Prestação de serviços (Nota 21)	269.056	89.236
Insumos recebidos (adquiridos) de terceiros		
Custo de operação e manutenção	(24.097)	(4.173)
Serviço de terceiro	(32.737)	(4.052)
Provisões e outros	(15.117)	(4.020)
Valor adicionado bruto	197.105	76.991
Depreciação e amortização	(775)	(258)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	196.330	76.733
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 23)	6.172	1.764
Valor adicionado total a distribuir	202.502	78.497
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	(6.761)	(4.783)
Benefícios	(2.348)	(1.583)
FGTS	(518)	(478)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(60.310)	(6.291)
Estaduais	(765)	(93)
Taxas Regulatórias (Nota 21)	(5.135)	(4.828)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais (Nota 23)	(71.803)	(60.941)
Aluguéis	(401)	(128)
Remuneração de Capitais Próprios		-
Lucros (Prejuízos) retidos no exercício	(54.461)	628
Valor adicionado distribuído	(202.502)	(78.497)

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022.

1.2 Concessão

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha,



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A última revisão tarifária ocorreu em 2019 conforme Resolução Homologatória 2.635 e a próxima ocorrerá em 5 anos de acordo com o tempo estimado no contrato de concessão. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia.

Em 05 de outubro de 2021, a Aneel, de acordo com a resolução homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 132.278 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela (CVM), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 1.4.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.4.1 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

1.4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

A Companhia não realizou transações em moeda estrangeira no exercício de 2021.

1.4.1.2 Caixa e equivalentes de caixa



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

1.4.1.3 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(i) Valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo financeiro da Companhia classificado nessa categoria compreendia caixa restrito.

(ii) Custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores, clientes e os empréstimos e debêntures.

(c) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(i) Ativo de concessão – contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo de concessão contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de concessão contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo de concessão contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo de concessão contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

1.4.1.4 Adiantamento a Fornecedores

Os saldos relacionados a adiantamentos a fornecedores referem-se a antecipação de valor para os principais fabricantes de equipamentos das subestações, materiais para as torres, como cabo condutor e torres metálicas e o subempreiteiro da construção conforme estabelecido em contratos.

1.4.1.5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4.1.6 Empréstimos e Debêntures

As debêntures e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros.

Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

1.4.1.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

1.4.1.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecido ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

1.4.1.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão a realizações dos impostos diferidos ativos.

1.4.1.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

1.4.1.11 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos e obrigações, houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de concessão contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e fixa durante todo o prazo de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início quando da entrada em operação e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações

1.4.1.12 Encargos regulatórios

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Geral de Reversão ("RGR"): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual.

O Despacho nº 2.437 de 2021 emitido pela Aneel estabeleceu a quota mensal no valor



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$ 277 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE"): Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ciclo pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

O Despacho nº 2.278 de 2021 emitido pela Aneel estabeleceu a quota mensal no valor de R\$ 41 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

- Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"): As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas a produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

1.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Principais alterações nas normas contábeis

A seguir indicamos as alterações de normas em vigor no exercício corrente. Segundo as análises realizadas pela administração, nenhuma alteração teve impactos materiais para a Companhia:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência - IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16.

A seguir indicamos as alterações de normas que foram emitidas, mas ainda não são aplicáveis e, portanto, não foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)
- Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
- Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual
- Alterações à IAS 16 - Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
- Alterações à IAS 37 - Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020
- Alterações CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Na data de autorização dessas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas novas e revisadas, já emitidas e ainda não aplicáveis.

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir.

(a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de concessão contratual.

(b) Momento de reconhecimento do ativo de concessão contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo de concessão contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de concessão contratual é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo de concessão contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(c) Determinação da taxa de desconto do ativo de concessão contratual

A taxa aplicada ao ativo de concessão contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de concessão contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão e fixa durante todo o período de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de concessão contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

(d) Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(e) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e riscos operacionais.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição:

RISCO	EXPOSIÇÃO	METODOLOGIA UTILIZADA PARA MENSURAÇÃO DO IMPACTO	GESTÃO
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento das taxas de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não tem contratos de derivativos firmados para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários.

- Riscos relacionados às taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros uma vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixados.

(b) Risco de crédito

Salvo pelo ativo de concessão e pelas contas a receber de clientes, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma concessão de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e apresentam os valores de juros e principal.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Fornecedores	18.578	-	-	-	18.578
Empréstimos e debêntures	95.633	227.354	246.452	823.215	1.394.654
Total	114.211	227.354	246.452	823.215	1.411.232

(d) Análise de sensibilidade adicional

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período de relatório e são apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021. Metodologia do cálculo da taxa efetiva contempla redução da taxa de juros dos Ativos e aumento da taxa de juros dos Passivos.
- Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Metodologia do cálculo da taxa efetiva contempla redução da taxa de juros dos Ativos e aumento da taxa de juros dos Passivos.

INDICADORES	Ativo	Passivo	Ativo (passivo) exposto	Taxa efetiva do período - %	Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido para 31 de dezembro de 2021
Cenário provável					
100,1% CDI	4.402	-	4.402	8,76	386
120% CDI	41.070	-	41.070	8,76	3.598
TR + 0,5%	204	-	204	0,5	1
98% CDI	31.967	-	31.967	8,76	2.800
TJLP + 1%	-	(570.778)	(570.778)	6,32	(36.073)
IPCA + 5,83%	-	(135.087)	(135.087)	15,89	(21.465)
	77.643	(705.865)	(628.222)		(50.753)

Cenário 1					
100,1% CDI	4.402	-	4.402	6,57	289
120% CDI	41.070	-	41.070	6,57	2.698
TR + 0,5%	204	-	204	0,5	1
98% CDI	31.967	-	31.967	6,57	2.100
TJLP + 1%	-	(570.778)	(570.778)	7,40	(42.238)
IPCA + 5,83%	-	(135.087)	(135.087)	18,41	(24.870)
	77.643	(705.865)	(628.222)		(62.020)

Cenário 2					
100,1% CDI	4.402	-	4.402	2,03	89
120% CDI	41.070	-	41.070	2,44	1.002
TR + 0,5%	204	-	204	0,5	1
98% CDI	31.967	-	31.967	2,01	643
TJLP + 1%	-	(570.778)	(570.778)	8,73	(49.829)
IPCA + 5,83%	-	(135.087)	(135.087)	20,92	(28.260)
	77.643	(705.865)	(628.222)		(76.354)



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Risco técnico: a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e o período findo 31 de dezembro de 2020 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

CAPITAL	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Empréstimos e debêntures (Nota 15)	847.631	821.159
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(45.653)	(39.189)
Dívida líquida	801.978	781.970
Total do Patrimônio líquido	886.885	837.983
Total do Capital	1.688.863	1.619.953
Índice de alavancagem financeira %	47	48

3.3 Estimativa do valor justo

A Companhia efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo demonstrado:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui dois ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – os saldos de títulos de renda fixa e caixa restrito que montam, nesta data, respectivamente, R\$ 204 (2020 - R\$ 205) e R\$ 41.299 (2020 - R\$ 23.695) que são classificados como nível 2.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Mensuráveis pelo custo amortizado:				
Clientes	16.998	16.998	16.989	16.989
Caixa e equivalentes de caixa	45.653	45.653	39.189	39.189
Partes relacionadas	75.876	75.876	90.417	90.417
Depósitos judiciais e outros ativos	592	592	1.724	1.724
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:				
Caixa restrito	41.299	41.299	23.695	23.695
Títulos e valores mobiliários	204	204	205	205
	180.622	180.622	172.219	172.219
Passivos financeiros				
Mensuráveis pelo custo amortizado:				
Empréstimos e debêntures	847.631	847.631	821.159	821.159
Provisões	45.411	45.411	26.826	26.826
Fornecedores e outros passivos	22.324	22.324	32.041	32.041
	915.366	915.366	880.026	880.026

Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(b) Empréstimos e Debêntures

A Companhia possui operações de empréstimos e debêntures que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM).

Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. Por isso, não está contemplado no escopo do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, que afirma que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas que estão sujeitos, visto que, no Brasil, não existe um mercado consolidado para dívidas de longo prazo, ficando a oferta restrita normalmente a um ente governamental.

5 Qualidade do crédito dos ativos contratuais

A qualidade do crédito dos ativos contratuais que estão vencidos é avaliada mediante julgamento da Administração sobre os potenciais impactos prospectivos considerando as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (Nota 2.1 (a)).

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado neste exercício.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2021	2020
Aplicação financeira (i)	45.473	39.017
Bancos	180	172
Total	45.653	39.189

- (i) Certificado de Depósito Bancário remunerado a 100,1% CDI e Fundo Referenciado DI.

7 Clientes

CLIENTES	2021	2020
A vencer	16.262	16.290
Vencidas até 30 dias	30	5
Vencidas de 30 até 365 dias	71	39
Vencidas há mais de 365 dias	635	655
Total	16.998	16.989

A Companhia não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação a seus clientes, uma vez que, em caso de inadimplência, a Companhia, como agente de transmissão, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança, conforme previsto no contrato de concessão.

8 Impostos a recuperar

IMPOSTOS A RECUPERAR	2021	2020
IR a recuperar	1.238	1.704
CSLL a recuperar	62	98
IRPJ/CSLL antecipado	55	274
Cofins a recuperar	447	532
Pis a recuperar	97	93
Outros	26	26
Total	1.925	2.727

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Ativo de concessão – contratual

ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL	2021	2020
MOVIMENTAÇÃO		
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.903.979	1.958.345
Remuneração do ativo contratual (Nota 21)	145.983	145.061
Receita de infraestrutura (Nota 21)	46.903	618
Ganho (Perda) de remuneração do ativo contratual (i) (Nota 21)	63.517	(67.202)
Recebimento	(140.755)	(132.843)
Total	2.019.627	1.903.979
Circulante	154.111	138.351
Não circulante	1.865.516	1.765.628

- (i) O Ativo de Contrato é remunerado pela taxa de retorno que incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A taxa foi calculada na data do início do contrato, conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e se mantém fixa durante todo o prazo de concessão.

O ganho de remuneração em 2021 ocorre pois na data do contrato o esperado era atualização monetária da RAP 4,5% a.a enquanto o órgão regulador utilizou 8,056% de IPCA de atualização para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, acima do esperado e utilizado no cálculo da estimativa. A perda de remuneração gerada em 2020 ocorreu pelo órgão ter utilizado 1,88% de IPCA para atualização da receita.

10 Adiantamentos a fornecedores

Os saldos de adiantamentos a fornecedores vinculados à construção da infraestrutura do reforço correspondem a:

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2021	2020
Fornecedor de materiais	3.099	10.155
Fornecedor de serviços	16	81
Outros fornecedores	20	22
(-) Provisão para perda (i)	-	(6.951)
Total	3.135	3.307



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Variação refere-se a reversão da provisão.

11 Caixa restrito

Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2021	2020
Banco da Amazônia S.A.	41.299	23.695

A conta reserva deverá ter o valor equivalente a uma quota semestral do serviço da dívida vencida para o FDA e três meses do serviço da dívida vencida para o FNO. Em abril de 2018, foi apresentado ao Banco da Amazônia, na qualidade de agente operador do FDA, a dotação gradativa da conta reserva até 2022.

12 Depósitos judiciais

O saldo se refere, basicamente, a depósito judicial cível com expectativa de finalização em 2022.

13 Partes relacionadas

A Companhia possui os seguintes saldos em aberto de operações com partes relacionadas:

PARTES RELACIONADAS	2021	2020
Gemini Energy S.A. (i)	75.876	90.417

(i) Trata-se de operação conta corrente, onde a controladora Gemini Energy S.A. captou esse montante da Companhia para investimento em obras de suas outras controladas. Não há incidência de juros sobre referido empréstimo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga por serviços do pessoal-chave da administração em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.280 correspondentes a salários e encargos.

14 Fornecedores

A companhia possui os seguintes saldos em aberto de fornecedores:

FORNECEDORES	2021	2020
Fornecedores de materiais	8.454	7.143
Fornecedores de serviços	10.121	24.326
Outros	3	149
Total	18.578	31.618

15 Empréstimos e debêntures

EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	2021	2020
FDA , FNO e Modal (i)		
Saldo inicial	821.159	837.419
Captação	120.000	-
Amortização de principal	(101.107)	(63.493)
Pagamento de juros	(51.817)	(10.638)
Juros provisionados	63.076	56.820
Custo de transação (ii)	(3.680)	1.051
Total dos empréstimos e debêntures	847.631	821.159
Circulante	77.865	64.876
Não circulante	769.766	756.283

(i) *Créditos de longo prazo*

A Companhia emitiu debêntures em 2010 (debêntures de primeira emissão privada conversíveis em dívida em quatro séries da espécie com garantia real e fidejussória) sendo 100% das debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, com as seguintes características:



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Valor: R\$ 602.448
- Prazo: 240 meses
- Encargos: TJLP + 1% a.a.

A primeira prestação foi paga em outubro de 2014 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030.

Em 30 de dezembro de 2010 foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) gerido pelo Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos:

- Valor: R\$ 151.017
- Prazo: 240 meses
- Encargos: Fixo - 10% a.a., caso a Companhia esteja adimplente terá direito a um bônus de 15% sobre os juros, que resulta em uma taxa de 8,5% a.a.

A primeira prestação foi paga no dia 10 de março de 2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em outubro de 2031.

Em 19 de setembro de 2020 houve um aditivo contratual retificando as cláusulas e condições da cédula de crédito, que teve como objeto a prorrogação de nove meses de carência, sem adição no número de parcelas, com um novo cronograma de amortização que considera por 15 meses a redução do percentual de amortização de 10% do saldo devedor, passando a ser considerado como prazo final 10 de outubro de 2031.

Em 31 de março de 2021 a Companhia efetuou segunda Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de 120.000, com vencimento em abril de 2036, classificadas como debêntures de infraestrutura e devidamente enquadradas nos termos da Lei 12.431, consideradas como prioritárias nos termos da Portaria Reforço.

- Valor Total 120.000
- Remuneração: IPCA + 5,8300% a.a
- Prazo: 15 anos - amortizado em 14 (quatorze) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de abril de 2023
- Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(exp)(bra)'

As debêntures serão estruturalmente subordinadas ao financiamento do Banco da

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Amazônia S.A, em termos de cascata de pagamentos, serão garantidas exclusivamente pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura com a TIM S.A. e estarão cobertas por fiança corporativa até a conclusão físico-financeira, que inclui, entre outras condições, o projeto do reforço em Jurupari/PA estar completamente operacional e ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo de 1,20 vez nos últimos 12 meses.

(ii) Custos de transação (comissões bancárias e IOF)

Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas durante o exercício quando da captação dos financiamentos e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos.

Garantias concedidas

Fianças corporativas emitidas pela Gemini Energy S.A. para os créditos de longo prazo, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. Não há covenants associados a esses empréstimos em descumprimento

As posições dos empréstimos e debêntures e das amortizações do saldo de longo prazo, a partir de 31 de dezembro de 2022 obedecem ao seguinte escalonamento anual, líquido do custo de transação:

EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÃO NÃO CIRCULANTE
2023	79.347
2024	82.371
2025	83.018
2026	83.018
De 2027 em diante	442.012
Total	769.766

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2021, os principais impostos, taxas e contribuições a recolher referem-se às taxas regulamentares e encargos relacionados à folha de pagamento.

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2021	2020
Encargos regulatórios (i)	1.090	4.801
IRRF retido de fornecedores	5	641
ISS	161	597
Pis/Cofins sobre receita	1.172	1.172
INSS terceiros	314	1.248
CSLL a recolher	127	536
IRPJ a recolher	666	-
Outros	410	632
Total	3.945	9.627

(i) Compõem-se pelos seguintes encargos: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Reserva Global de Reversão (RGR), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energia (MME).

17 Provisões

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

PROVISÃO DEMANDAS JUDICIAIS	2021	2020
Ambientais (i)	36.987	26.258
Cíveis	-	564
Trabalhistas	-	4
Total	36.987	26.826



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ambientais

A Companhia está envolvida em processo administrativo ambiental relacionado a descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental. Aumento decorrente do processo abaixo:

- ***Execução de multa***

Processo judicial de execução de multa proveniente de descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

A Companhia defende que o valor da multa é desproporcional, tendo em vista a inexistência de danos ambientais. A execução encontra-se suspensa.

Houve sentença em ação anulatória intentada pela Companhia, onde reconheceu-se parte da tese defesa, para reduzir em 1/3 o valor da penalidade aplicada. A sentença requalificou a reincidência específica para reincidência genérica, ou seja, a multa que havia sido majorada no triplo passa a ser majorada no dobro. No entanto, o escritório responsável pela condução do caso entende que continua havendo espaço para redução adicional da multa, seja por exclusão da reincidência genérica, seja, em particular, a partir da reapreciação dos argumentos de proporcionalidade e razoabilidade, bem como dos critérios objetivos da IN IBAMA 10/2012, que foram manejados de forma inadequada pelo IBAMA ao quantificar a multa.

- O valor da perda provável está avaliado em R\$ 19.401

A Companhia está envolvida em processo administrativo de multa proveniente de instalação de canais de acesso às torres da linha de transmissão.

Existe pedido da conversão da multa, com redução de 60%.

- O valor da perda provável está avaliado em R\$ 15.621

(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza ambiental, cível, fundiária, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$ 106.953 em 31 de dezembro de 2021. (R\$ 124.791 em 31 de dezembro de 2020).

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	TOTAL
Ambiental (i)	4	45.965
Cíveis (ii)	11	4.385
Trabalhistas	1	2
Tributário (iii)	4	61.593
Regulatório	2	2.485
Fundiário	1	1
Total	23	114.431

- **Ambiental – Execução de multa**

A Companhia está envolvida em processo judicial de execução de multa proveniente de descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

Conforme citado no parágrafo acima referente a provisão ambiental – execução de multa, a Companhia defende que o valor da multa é desproporcional, tendo em vista a inexistência de danos ambientais. A execução encontra-se suspensa.

- O valor da perda possível está avaliado em R\$ 19.401

A Companhia está envolvida em processo administrativo de multa proveniente de instalação de canais de acesso às torres da linha de transmissão.

Existe pedido da conversão da multa, com redução de 60%.

- O valor da perda possível está avaliado em R\$ 16.031

- **Tributário – Execução fiscal**

Processo judicial de execução, de 2019, com base no auto de infração lavrado pelo Município de Porto de Moz, no Estado do Pará, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia defende que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.

- O valor da perda possível está avaliado em R\$ 33.284.

Processo judicial de execução, de 2014, com base no auto de infração lavrado pelo Município de Anapu, no Estado do Pará, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade.

A Companhia defende que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.

- O Valor atualizado de perda possível está avaliado em R\$ 14.868.

Mandado de Segurança de 2014, com base no auto de infração lavrado pelo Município de Almerim, no Estado do Pará, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade.

A Companhia defende que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento pelo Tribunal.

- O Valor atualizado de perda possível está avaliado em R\$ 13.307.

18 PIS e COFINS diferidos

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção do ativo de contrato.

PIS E COFINS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2020	176.114
Constituição em 2021	10.697
Em 31 de dezembro de 2021	186.811

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

(a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais

Imposto de renda e contribuição social	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo/Lucro antes do IR/CSLL	88.627	(3.172)
Alíquota nominal combinada do IR/CSLL	34%	34%
Imposto calculado com base em alíquota legal	(30.133)	1.078
Adições /Exclusões	(4.935)	(2.286)
Compensação/Composição de Prejuízo Fiscal/Base Negativa	843	1.687
Incentivo PAT	35	69
Benefício fiscal IRPJ - SUDAM	-	1.972
Parcela isenta do lucro para o adicional de 10% do IR	24	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(34.166)	2.544
IR e CSLL Corrente	(1.908)	(1.951)
IR e CSLL Diferido	(32.258)	4.495
IR e CSLL Corrente e Diferido	(34.166)	2.544
Alíquota Efetiva	39%	80%

Os valores de impostos de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

A Companhia tem expectativa de geração de lucro que lhe permitirá de utilizar os créditos nos próximos anos.

(i) Benefício Fiscal IRPJ SUDAM

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) concedeu incentivos e benefícios fiscais para empreendimentos de setores considerados prioritários para o

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desenvolvimento regional no Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão (área SUDAM). Dentre os empreendimentos considerados prioritários, a Companhia está enquadrada no setor de infraestrutura - projeto de energia e obteve o direito de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis até 2027 através do Laudo SUDAM 69/2018.

Dentre as obrigações estabelecidas para usufruir os benefícios, destacamos:

- (a) O valor da redução ou isenção deverá ser aplicado em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa;
- (b) O valor do imposto que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais;
- (c) As reservas de incentivos fiscais referentes ao benefício somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

IRPJ E CSLL DIFERIDOS		
Em 31 de dezembro de 2020	185.572	
Constituição em 2021	29.393	
Em 31 de dezembro 2021	214.965	

Imposto de renda e contribuição social diferido	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Quota fixa - RTT	171.187	181.257
Lucro fase de construção	1.321	84
Receita financeira - AVP	536.398	428.023
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	(52.859)	(55.338)
Provisões temporárias	(15.373)	(8.227)
Total	640.675	545.799
Alíquota nominal combinada do IR/CSLL	34%	34%
IR e CSLL Diferido	217.830	185.572

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e está representado por 632.529 mil ações ordinárias de R\$ 1 cada.

A composição por quantidade de ações do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de desenvolvimento da Amazônia – FDA	105.409.095
	<u>632.529.095</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

(c) Reserva especial de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação da reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 o montante em reservas especial de dividendos, uma vez que, o lucro apurado pela Companhia no exercício, além de não ter sido realizado financeiramente, não é estimado pelos órgãos da administração até a data de divulgação destas demonstrações financeiras que será liquidado, conforme comunicação feita pelos membros representantes dos acionistas para deliberação em assembleia-geral. A diretoria estima que tão logo seja superada a situação financeira da Companhia, os montantes desta reserva sejam distribuídos aos acionistas, mediante aprovação pela unanimidade dos votos presentes em Assembleia Geral.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi calculado com o lucro líquido do período e o número médio de ações conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores	48.901	(628)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações	632.529	632.529
Prejuízo por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária por lote de mil ações	77,31	(0,99)

21 Receita

RECEITA	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Receita de operação e manutenção (i)	7.354	5.916
Receita de infraestrutura (ii)	46.903	618
Receita de remuneração do ativo de concessão contratual (iii)	145.983	145.061
Ganho (Perda) de remuneração do ativo contratual (Nota 9)	63.517	(67.202)
Outras Receitas (iv)	5.299	4.843
	269.056	89.236
PIS e COFINS	(13.731)	(12.698)
PIS e COFINS diferidos (Nota 18)	(10.697)	5.033
Quota para RGR, TFSEE e P&D	(5.135)	(4.828)
	(29.563)	(12.493)
Total	239.493	76.743

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) *Serviços de Operação e Manutenção*

As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) *Receita de Infraestrutura*

Refere-se a implementação de infraestrutura, reforço e melhorias das instalações para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços e são reconhecidas conforme os gastos são incorridos durante construção.

(iii) *Remuneração dos ativos de concessão*

A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros de mercado que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iv) *Outras receitas*

Valores referentes à outras receitas da companhia como compartilhamento de instalações.

22 Custo de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

CUSTOS	Custo de Implantação	Custo de O&M	2021
Operação e manutenção	-	(4.803)	(4.803)
Prestação de serviços (i)	(25.521)	(658)	(26.179)
Assessoria	-	(471)	(471)
Tributos		(1.223)	(1.223)
Pessoal		(2.456)	(2.456)
Material (i)	(16.115)	(1.751)	(17.866)
Outros		(229)	(229)

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	(41.636)	(11.591)	(53.227)
CUSTOS	Custo de Implantação	Custo de O&M	2020
Operação e manutenção	-	(3.054)	(3.054)
Prestação de serviços (i)	(944)	104	(840)
Assessoria	-	(464)	(464)
Tributos	-	(507)	(507)
Pessoal	-	(2.926)	(2.926)
Material (i)	-	(334)	(334)
Outros	-	(231)	(231)
Total	(944)	(7.412)	(8.356)

(i) Variação devido a construção do reforço do 3 transformador autorizado pelo REA 5149/12.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
-----------------------------------	------------------------	------------------------

CLASSIFICADAS COMO:

Despesas com pessoal	(8.383)	(4.582)
Provisão para contingências e litígios (i)	(8.090)	(2.588)
Serviços de terceiros	(2.823)	(2.460)
Outras despesas gerais e administrativas	(12.712)	(2.752)
Total	(32.008)	(12.382)

(i) Refere-se a provisão ambiental reconhecida, nota explicativa 17 (i).

23 Resultado financeiro líquido

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros sobre empréstimos (Nota 15)	(63.076)	(56.820)
IOF	(39)	(6)
Arrendamento mercantil	(35)	-
Outras despesas financeiras (i)	(8.653)	(4.115)



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	(71.803)	(60.941)
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	3.072	553
Variação monetária	-	-
Outras receitas financeiras (ii)	3.100	1.211
	6.172	1.764
Resultado financeiro, líquido	(65.631)	(59.177)

- (i) O saldo refere-se basicamente a variação cambial de fornecedores
(ii) Aumento de outras receitas devido à variação cambial do período

24 Outras divulgações sobre fluxo de caixa

(a) Reconciliação da dívida líquida

RECONCILIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA	2021	2020
Empréstimos de curto prazo	77.865	64.876
Empréstimos de longo prazo	769.766	756.283
Total da dívida	847.631	821.159
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.653)	(39.189)
Dívida líquida	801.978	781.970

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL DA DÍVIDA	CAIXA E EQUIVALENTES	DÍVIDA LÍQUIDA
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	64.876	756.283	821.159	(39.189)	781.970
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	26.472	26.472	(6.464)	20.008
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	12.989	(12.989)	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	77.865	769.766	847.631	(45.653)	801.978

25 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

RAMO	VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Riscos nomeados operacionais	14 de maio de 2021 a 14 de maio de 2022	R\$ 200.000
Responsabilidade civil geral	13 de junho de 2021 a 13 de junho de 2022	R\$ 20.000
Garantia Judicial	23 de agosto de 2021 a 23 de agosto de 2023	R\$ 66.711
Veículos	30 de maio de 2021 a 30 de maio de 2022	R\$ 530

26 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2022 foram concluídas as atividades de implantação do 3º Banco de Transformador na subestação de Jurupari (PA), com a emissão dos Termos de Liberação Definitivos (TLDONS/42/2/2022 e TLDONS/43/2/2022), confirmando o início da sua operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O escopo deste reforço inclui a construção do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV, de 3x150 MVA, um módulo de conexão em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, e um módulo de conexão em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, na subestação Jurupari, localizada no Município de Almeirim – PA.

A implantação do reforço foi autorizada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 5.149, de 31 de março de 2015, que permitiu a Linhas do Xingu Transmissora de Energia S.A. - LXTE, incorporar o novo ativo à sua base existente, estabelecida pelo Contrato de Concessão nº 008/2008.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Meton Barreto de Moraes Neto

Presidente

Titulares

Róger Araújo Castro

Fabio Vassel

Warley Isaac Noboa Pimentel

Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro

Suplente

Tulio Luis Mauro Barata

Diretoria Executiva

Meton Barreto de Moraes Neto

Diretor Presidente

Mauro de Almeida Santos

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Controller

Juliana Silva Gomes Madureira

CRC-RJ-116377/O-8

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Aos Administradores e Acionistas da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Ativo de concessão - Mensuração Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos Demonstração do valor adicionado A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Diego Wailer da Silva Auditores Independentes Ltda.

Contador CRC nº 2 SP

011609/O-8 "F" RJ

CRC nº 1 RS 074562/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022. Mauro de Almeida Santos Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitido nesta data. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022. Mauro de Almeida Santos
Diretor de Relações com Investidores